

Termina sem consenso a *Dívida Externa* conferência de Caracas

CARACAS — A Conferência Especializada Extraordinária sobre Financiamento Externo, patrocinada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), terminou anteontem sem a divulgação de qualquer declaração final e em meio a opiniões divergentes sobre seu resultados. Os 31 países latino-americanos e do Caribe — devedores de mais de US\$ 300 bilhões —, e os Estados Unidos, cujos bancos são os principais credores da região, aprovaram, contudo, um documento que resume suas inquietações e observações a respeito do endividamento externo.

Esse documento, apresentado pela Venezuela — o país anfitrião —, foi discutido pelos técnicos governamentais das nações participantes e submetido aos ministros de Finanças, devendo ser “revisado e corrigido” em Washington posteriormente, transformando-se então na declaração final da conferência.

O documento afirma que o atual problema da dívida externa latino-americana “se manifesta em seu elevado montante, a excessiva carga dos juros e um perfil de vencimentos que é incompatível com a capacidade de pagamento dos países devedores”, advertindo que uma situação de cessação de pagamentos terá “consequências imprevisíveis para o sistema financeiro internacional”.

Acrescenta que os esquemas de refinanciamento adotados, muitos em convênio com o Fundo Monetário Internacional, concentraram sua atenção na adoção de saídas a curto prazo. “Além disso, deve-se destacar que esses refinanciamentos foram outorgados a custos superiores aos empréstimos originais, em termos de **spreads**, taxa básica e comissões, e a prazos excessivamente curtos, como para obter uma substancial melhora da capacidade de pagamentos nos países devedores.”

O documento critica, ainda, os programas de ajuste impostos pelo FMI nesses refinanciamentos: “A eficácia e realismo de suas recomendações de política econômica não parecem ter passado na prova dos fatos, dado que os desajustes sociais e econômicos observados durante sua aplicação não melhoraram a capacidade real de pagamento dos países, e, sim, tenderam a agravar as tensões sociais internas da região”.

Alerta, também, que a solução a longo prazo para o problema da dívida externa do mundo em desenvolvimento não pode originar-se senão de um contexto de crescimento da economia mundial e do comércio, e que

os esforços dos países devedores para cumprir suas obrigações financeiras não devem ser realizados em detrimento de seus próprios processos de desenvolvimento, nem do crescimento econômico mundial.

Entre as propostas contidas no documento, estão a eliminação das práticas protencionistas dos países industrializados, em relação às exportações das nações latino-americanas; melhora dos termos de intercâmbio comercial e preços justos para os produtos da América Latina; programas de ajuste que não reduzam as possibilidades de crescimento dos países em desenvolvimento; dotação da devida liquidez aos organismos oficiais e multilaterais de assistência; concessão dos recursos necessários aos bancos internacionais privados e o estabelecimento de um mecanismo de financiamento multilateral.

AL SATISFEITA

Em geral, os representantes latino-americanos consideraram a conferência de Caracas “um passo à frente” na solução dos problemas do endividamento, por abrir as portas do diálogo entre devedores e credores. “Estamos satisfeitos”, disse o presidente da conferência, Arturo Sosa, ministro da Fazenda da Venezuela, opinião também manifestada pelo secretário-geral da OEA, Alejandro Orfila.

O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Beryl Sprinkel, no entanto, demonstrou suas reservas, ao argumentar que a América Latina não deve cair na tentação de imaginar que o crescimento de suas exportações, sem os imprescindíveis ajustes internos, solucionará sua crise atual.

Já o secretário permanente do Sistema Econômico Latino-Americano, Carlos Alzamora, manifestou seu descontentamento enfatizando que a dívida da região está sendo paga “em condições e termos excessivos, discriminatórios e injustos, que não foram livremente acordados entre duas partes com igual capacidade de negociação, porém, exigidos por uma parte que atua estreitamente coordenada, mas se opõe encarniçadamente a que a outra também se coordene na defesa de seus interesses”.

Alzamora, que é um dos principais defensores da negociação em bloco da dívida latino-americana, afirmou que “o Sela nunca admitiu o sofisma de que uma organização de credores é honrosa, mas uma de devedores é indigna e repreensível”.